

## Introdução

No decurso do século passado, as sociedades ocidentais conheceram profundas mudanças no lugar dos filhos na família. Foram mudanças *quantitativas* muito expressivas na fecundidade, tanto a nível da diminuição drástica das descendências e dos seus calendários mais tardios e concentrados, como a nível dos ideais mais contidos e uniformes. Mas foram mudanças *qualitativas* igualmente importantes nas motivações para a procriação, nas expectativas colocadas nos filhos, nas funções que desempenham. Neste contexto desenharam-se dois traços decisivos: o modelo ideal de descendência orientado para a «norma dos dois filhos»; e a ancoragem nos fundamentos afectivos da vida familiar em geral e da relação com a criança em particular. O facto é que estes dois traços parecem tão consensuais e estão de tal modo entrelaçados, que concorreram para a ideia da consolidação de um «modelo procriativo único» (Kellerhals *et al.*, 1982) nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Aliás, as mudanças *quantitativas* e *qualitativas* que o sustentam são tão notórias, que as ciências sociais, desde Ariès (1988 [1960]), têm sido tentadas a pôr a nu o contraste flagrante entre o lugar dos filhos nas sociedades tradicionais, por um lado, e nas sociedades modernas e contemporâneas, por outro. As famílias do passado, forçosamente prolíficas e dependentes da contribuição instrumental de todos os seus membros (mesmo dos mais novos) para a sobrevivência doméstica, foram substituídas pelas famílias do presente, apostadas no bem-estar emocional, material e educativo de um número intencionalmente restrito de filhos. Contudo, esta

viragem só foi possível no quadro de reformas sociais mais vastas que tiveram lugar, a diferentes ritmos, nestas sociedades. Referimo-nos em concreto à entrada em cena, em meados do século xx, de métodos contraceptivos de alta eficácia, que mudaram decisivamente a atitude dos indivíduos face à sexualidade e à reprodução, transformando a fecundidade numa arena onde é legítimo manifestar preferências e desejável tomar decisões consentâneas. Mas também nos referimos às extensas transformações do tecido social e económico que permitiram dispensar as crianças, e depois os jovens, da sua função produtiva tradicional, ou seja, da sua quota-parte de responsabilidade na subsistência doméstica.

Com um ritmo próprio, a sociedade portuguesa contemporânea também tem sido palco deste conjunto de mudanças: em comparação com o panorama europeu, a queda da fecundidade, se bem que célere, foi mais tardia e o planeamento familiar permanece um terreno de práticas algo heterogéneas; a lenta transformação da estrutura social e produtiva acalenta e é acalentada pelas fracas qualificações escolares e profissionais de grande parte da população activa. Daqui resultam alguns contrastes pujantes de uma «modernidade inacabada» (Machado e Costa, 1998), com efeitos nas práticas e nos valores dos diferentes grupos sociais, nomeadamente no que toca a representar e a construir o lugar dos filhos na família.

Aprender o sentido e a magnitude das mudanças que têm vindo a operar-se a este nível na sociedade portuguesa contemporânea e, em simultâneo, iluminar a diversidade social que coabita com as tendências dominantes — a «norma dos dois filhos» e o primado dos afectos — foi o caminho percorrido pela investigação sociológica que está na origem do presente livro. O trabalho avançou em duas frentes: por um lado, auscultando a fecundidade das famílias, ou seja, as aspirações, as representações, as práticas e as tensões procriativas; por outro lado, pesquisando as funções que os filhos desempenham no quadro da vida familiar, quer em termos simbólicos — as expectativas que neles recaem em termos afectivos, expressivos, instrumentais e estatutários —, quer em termos práticos — o seu papel numa esfera específica da vida familiar, a saber, a esfera produtiva (doméstica e profissional). O nosso propósito foi, então, o de devolver uma imagem matizada da fecundidade e das funções dos filhos no quadro da sociedade contemporânea, tendo em linha de conta os contextos sociais das famílias portuguesas,

mas também o tempo (histórico) da constituição da própria vida familiar — as décadas de 70, 80 e 90 do século xx.

Impõe-se agora escrever umas breves linhas sobre o contexto de produção da pesquisa, a fim de tornar inteligíveis as opções de fundo que determinaram o seu desenvolvimento e desenho final. Na verdade, o trabalho de doutoramento que agora se publica decorreu sob condições de acolhimento particulares e muito favoráveis, já que resultou da nossa participação em «Famílias no Portugal Contemporâneo — Momentos de Transição, Interações Familiares e Redes Sociais», projecto de investigação do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UL) e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE), que se propôs conhecer, de forma aprofundada e a partir de uma inquirição extensiva de âmbito nacional realizada em 1999, «o panorama actual e diversificado das famílias (casais com filhos) na sociedade portuguesa contemporânea, partindo das suas dinâmicas internas (conjugais, parentais, familiares) e procurando relacioná-las sistematicamente com os factores sociais, temporais e de género que as influenciam» (Wall, 2005b, p. 35). O manancial de informação estatística daí resultante constituiu, pela sua riqueza e potencialidade, a nossa base de trabalho principal para captar a realidade do lugar dos filhos nas famílias portuguesas.

Uma das opções mais importantes, que orientou de modo decisivo o nosso enfoque, prendeu-se com a resolução de entrar na vida familiar apenas a partir dos olhares e das experiências das mulheres. Foram várias as razões que conduziram a tal. Antes de mais, tratando-se de uma primeira fotografia da vida familiar em Portugal, o instrumento de pesquisa — um inquérito por questionário de âmbito nacional — procurou obter respostas para inúmeras questões que a sociologia da família, mas também a antropologia, vinham formulando há alguns anos, não só internamente como em debates de dimensão internacional. Daqui resultou um instrumento de inquirição pesado, que obrigou a fazer opções de fundo, como foi aquela. Mas o que perdemos ao não incluir a perspectiva masculina, ganhámos na observação mais profunda da perspectiva feminina, que permitiu chegar a retratos diversificados da vida familiar em Portugal (Wall, 2005a).

Ora, esta linha de investigação atravessa, naturalmente, toda a nossa análise da fecundidade das famílias e das funções dos filhos. Assim sendo, estamos perante uma fecundidade que é, em rigor,

feminina. Isto não significa que ela não seja marcada pela experiência conjugal, no sentido em que ocorre, em regra, no âmbito da vida em casal. Mas não deixa de ser feminina, na medida em que é a «narrativa» reprodutiva da mulher que investigámos: as suas aspirações, representações e tensões; os seus calendários e as suas descendências. Por outro lado, quando tivemos em conta as funções dos filhos, foi justamente as expectativas das mulheres-mães que apreendemos, os seus quadros de valores, bem como a imagem que devolvem do trabalho doméstico e profissional dos filhos. Por outro lado ainda, foi à luz dos seus contextos e «tempos» que procurámos apreender as clivagens sociais e o sentido das mudanças. *A escolaridade, a classe social e a trajectória da condição perante o trabalho das mulheres*, bem como a *coorte de entrada na maternidade* foram, assim, as variáveis que trouxemos para o centro do nosso questionamento. Tratou-se de uma decisão que tinha pertinência do ponto de vista analítico — pois foram as experiências e os universos valorativos femininos que auscultámos —, mas também do ponto de vista sociológico, tanto mais que a condição social da mulher portuguesa foi palco de profundas mudanças ao longo da segunda metade do século xx: o pleno acesso ao mercado de trabalho e ao sistema de ensino, a par das conquistas de Abril e da Constituição de 1976 no plano da igualdade, tiveram um impacto decisivo na reconfiguração da vida familiar em geral e no papel da mulher nas esferas pública e privada em particular (Machado e Costa, 1998; Almeida *et al.*, 1998; Almeida e Wall, 2001). Por outro lado, estudos sobre a fecundidade que analisaram os percursos reprodutivos de homens e mulheres (INE, 1998/2001), ou mesmo de casais (Kellerhals *et al.*, 1982), concluíram que a condição social das mulheres — com destaque para a escolaridade — influi mais nas estratégias procriativas das famílias do que a dos homens. O facto é que a descoberta e a generalização de métodos contraceptivos de alta eficácia, como a pílula anticoncepcional e o dispositivo intra-uterino, ao mesmo tempo que permitiram aos casais acionarem um planeamento familiar mais eficaz, também atribuíram à mulher o ónus quer da vigilância contraceptiva quer da sua suspensão, quando se equaciona a vinda de um bebé. A diversidade de práticas e valores que subsiste neste domínio (INE, 2001; Almeida, *et al.*, 2004) está, assim, intimamente ligada à condição social das mulheres, ao recurso desigual aos métodos contraceptivos, aos significados atribuídos à criança e à materni-

dade e à sua centralidade na construção da identidade pessoal e do projecto familiar (Lalanda, 2003/2005).

Terminamos com uma breve apresentação de *O Lugar dos Filhos*, de maneira a familiarizar o leitor com o desenvolvimento do trabalho.

O capítulo 1 propõe uma breve *viagem* do passado ao presente, de modo a encontrar o fio condutor que conduziu à elevação do lugar da criança nas famílias contemporâneas a objecto de interesse sociológico. A (r)evolução dos comportamentos procriativos dos casais e do valor social da criança revelou-se um caminho seguro para procurar respostas para as nossas interrogações. Assim, ao analisarmos o alcance das «duas revoluções contraceptivas» e da tese da sentimentalização moderna da infância (na versão pioneira de Ariès, mas também nalgumas propostas revisitadas), deparámo-nos igualmente com os seus limites, redescobrimo a centralidade dos filhos, a variedade de funções que desempenham nas famílias contemporâneas e a diversidade socialmente ancorada.

No capítulo 2 traçamos um esboço do lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas — fazendo algumas pontes com o panorama europeu — a partir do cruzamento de diversas fontes de informação: estatísticas oficiais, inquéritos a valores, estudos de âmbito extensivo e intensivo. Faz-se uma análise da evolução da fecundidade portuguesa da segunda metade do século xx; auscultam-se os ideais, as aspirações, o planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez; procuram-se eixos de mudança e de permanência no valor social da criança, nomeadamente nas funções instrumentais que os filhos desempenham e na centralidade que têm, tanto no quadro da vida pessoal e conjugal, como nas solidariedades familiares.

O capítulo 3 faz uma primeira aproximação ao inquérito «Famílias no Portugal Contemporâneo» (FPC). É apresentada, de forma muito sucinta, informação sobre as características da população-alvo e da construção da amostra e é proposta uma breve sociografia do inquérito, a partir de alguns dados de caracterização das inquiridas e das descendências, dando especial ênfase às variáveis independentes. Constitui, por assim dizer, a porta de entrada para os restantes capítulos, de apresentação e sistematização dos resultados sobre o lugar dos filhos nas famílias portuguesas.

Os dois capítulos seguintes analisam a fecundidade das inquiridas. O capítulo 4 procura fazer um primeiro retrato da fecun-

didade, ultrapassando uma perspectiva estritamente demográfica a partir da análise de várias dimensões sociologicamente relevantes: as aspirações, as representações, as tensões e as práticas procriativas. O leitor cruza-se com os projectos e os ideais de fecundidade, bem como com as descendências efectivas e os desfasamentos que existem a esse nível, i.e., as tensões entre ideais e descendências; mas cruza-se também com o planeamento dos nascimentos e o seu calendário, ou seja, os ritmos da carreira reprodutiva no ciclo de vida pessoal e conjugal (abertura, encerramento, intervalos). O capítulo 5 tem como ponto de partida um interesse desencadeado por resultados do capítulo anterior, a saber, o peso das descendências de filho único no quadro do ideal normativo dos dois filhos. Procura-se, assim, conhecer o que sustenta a fecundidade contida. Por outras palavras, como se constrói e que razões ditam as descendências de filho único.

Os dois últimos capítulos apresentam a análise dos resultados sobre as funções dos filhos nas famílias portuguesas. O capítulo 6 propõe mapear todas as funções simbólicas dos filhos, aquelas que as inquiridas valorizam no quadro da vida actual (afectivas, expressivas, instrumentais, estatutárias), mas também identificar, desse amplo leque, as mais importantes. E ainda, a partir da construção de um indicador sintético, procuramos dar conta da prevalência de uma dimensão mais tradicional do lugar dos filhos nas famílias portuguesas. Tendo como mote a constatação da persistência de alguma expectativa de instrumentalidade por parte das inquiridas, o capítulo 7 observa a função produtiva dos filhos na prática, a sua participação em duas arenas da produção familiar: no trabalho doméstico, com o nível, o tipo e a intensidade de participação nas tarefas; e no trabalho profissional, com a ocupação actual dos filhos, a existência de rendimentos próprios e a contribuição para as despesas familiares. Finalmente, a partir de um indicador de síntese, analisa-se a incidência da contribuição instrumental (doméstica e profissional) de filhos e filhas nas famílias portuguesas.

É preciso acrescentar que nos quatro capítulos empíricos adoptámos a estratégia de fazer uma síntese provisória no final de cada um, onde são apresentados e discutidos os principais resultados aí obtidos. Por outro lado, nestes capítulos também estão reflectidas as nossas interrogações acerca do impacto do tempo e dos contextos sociais na produção de realidades matizadas, pelo que analisamos sistematicamente os resultados à luz das nossas

variáveis-chave: a escolaridade, a classe social, a trajectória da condição perante o trabalho e a coorte de entrada na maternidade. É ainda preciso acrescentar que a análise das funções é atravessada por um questionamento secundário, mas incontornável, que se prende com o impacto das características das descendências, pois não poderíamos compreender cabalmente as funções dos filhos no quadro da vida familiar sem ter em conta as assimetrias que estas características, e em concreto o género, ainda produzem na vida quotidiana das famílias.

Finalmente, a conclusão geral desenvolve-se em cinco pontos. Primeiro, retomamos o retrato (bem matizado) do lugar dos filhos nas famílias portuguesas, nas suas duas dimensões, de modo a interpelar o «modelo procriativo único». Em segundo lugar, procuramos traçar o sentido das mudanças dos anos 70 aos anos 90, de modo a conhecer as linhas de ruptura e de continuidade no lugar dos filhos. Em terceiro lugar, a partir dos contextos sociais, damos ênfase à diversidade encontrada a partir da reconstituição de diferentes perfis de fecundidade e de funções: *tradicionais*, *de transição* e *modernos*. Em quarto lugar, fazemos uma breve reflexão sobre a questão das descendências de filho único na sociedade portuguesa e os seus significados. Por último, avançamos algumas considerações finais e as grandes tendências no lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas.